



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia em comemoração ao Dia Internacional da Mulher

Palácio do Planalto, 12 de março de 2003

Minha cara ministra Emília Fernandes,
Minha cara companheira Benedita da Silva,
Minha querida companheira Marisa Letícia,
Minha querida Mariza Campos Gomes da Silva, mulher do meu querido
companheiro José Alencar,
Ministra Ellen Grace, do Supremo Tribunal Federal,
Senhoras embaixadoras, embaixatriz,
Senhoras e senhores ministros de Estado,
Secretários,
Minha querida governadora Wilma Faria,
Prefeitas aqui presentes,
Minha companheira Dilma Rousseff, ministra das Minas e Energia,
Minhas companheiras e companheiros aqui presentes,

Antes de dizer algumas palavras que estão escritas, companheira Cacá, eu estava ouvindo a nossa ministra Emília Fernandes falar e estava lembrando de dois episódios ocorridos na minha vida, um em 1978 e o outro, ontem.

Em janeiro de 1978, eu era Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – naquele tempo só Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo – e nós realizamos o I Congresso das Mulheres Metalúrgicas da nossa categoria.

Eu, até então, não tinha tido nenhum contato com o Movimento Feminista do Brasil. Qual não foi minha surpresa quando, no sábado de manhã, na abertura do Congresso, me aparecem umas 15 ou 20 companheiras, em nome do Movimento Feminista, querendo participar do evento. E nós tínhamos tomado a decisão de que



as mulheres não iriam participar, porque não eram da categoria, eram estranhas à categoria, não tinha por que as mulheres participarem.

E, aí, elas começaram a reivindicar uma mulher à mesa, pelo menos uma metalúrgica. E, como a Diretoria era só de homens, nós não tínhamos uma mulher metalúrgica para colocar à mesa. Eu sei que essa guerra entre “coloca uma mulher à mesa ou não”, tomou a primeira manhã do Congresso. Até que os homens, sendo maioria, decidiram não colocar mulher na mesa.

Passados 25 anos, ontem eu participei do Encontro dos Prefeitos do Brasil e tinha por volta de 1.800 prefeitos e prefeitas. Havia muitas prefeitas. E, de repente, quando se formou a mesa, eu me dei conta, quando chamado para falar, de que não havia uma única mulher à mesa. Eu fiz até um apelo. Aí, pediram para eu chamar uma mulher para a mesa e, como eu não era da coordenação, também não iria chamar. Qual era o critério?

Eu comecei com isso, para dizer a todos aqui, presentes, que nos problemas de gênero, além das questões dos direitos que temos que colocar nas nossas Constituições e na nossa legislação, como um todo, tem um problema cultural, um problema de prática, um problema de compressão que, se não for exercitado todo santo dia, e a gente ficar esperando a criação de uma lei, muitas vezes a lei será aprovada e será uma daquelas leis que não “pegam”. Existe a lei, mas como a questão cultural está embutida na nossa cabeça, por dezenas de anos, por gerações, a gente continua desrespeitando a lei, mesmo que inconscientemente.

Eu fui à Vila Irmã Dulce, no Piauí, e junto comigo foram todos os ministros. A ministra Emília Fernandes, a ministra Benedita, a ministra Dilma. E visitamos um bairro pobre, em que moram, praticamente, 70 mil pessoas. E, nessa vila, nós visitamos 17 ou 18 casas. Entramos nas casas, conversamos com as pessoas. Todas as casas em que nós entramos, as mulheres não tinham mais de 21 anos de idade. Todas tinham dois, três ou mais filhos, e todas sem marido.

Fico pensando como é que nós vamos resolver um problema dessa magnitude, que não é mais um problema de lei. É um problema cultural e um



problema de responsabilidade das pessoas, porque essa jovem possivelmente não tenha tido nenhum momento de educação sexual na sua infância, na sua adolescência e mesmo depois que virou adulta. Esse que é o responsável pela sua gravidez possivelmente seja tão inocente quanto ela, porque também não teve, nem na sua adolescência, nem na sua infância, nenhum processo de educação que dissesse às pessoas: “É possível fazer sexo sem precisar engravidar e ter um filho”. É possível fazer sexo seguro, é possível planejar a família da gente, não porque o Governo manda castrar o homem ou a mulher, mas porque há um processo de educação em que as pessoas aprendem a auto-determinar quando e quantos filhos querem colocar no mundo, para assumir a responsabilidade.

E, para chegarmos a essa perfeição de sociedade que sonhamos, precisamos quebrar tabus, enfrentar preconceitos, quebrar regras secularmente estabelecidas, que nós vamos ter que, criando coragem, enfrentar, porque somente assim poderemos, num ano qualquer, num século qualquer ou, quem sabe, numa década qualquer, comemorar o Dia 8 de Março tendo a certeza de que a liberdade da mulher é plena, porque a sociedade evoluiu, porque a sociedade se modernizou e porque a sociedade entende que não pode mais haver divisão de espécie alguma, tratamento diferenciado por conta de gênero neste país.

Estamos aqui reunidos, com quatro dias de atraso, para comemorar o Dia Internacional da Mulher, cuja história, todos vocês conhecem, remonta a um dia de 1857. Naquele dia – e isso vale para as mais jovens que estão aqui –, 120 operárias de uma indústria têxtil, nos Estados Unidos, foram mortas porque faziam uma greve contra a jornada de trabalho de 16 horas e por melhores salários. Todo ser humano deve valorizar essa data, porque ela simboliza a luta, o sacrifício das mulheres pelos seus direitos e por um mundo melhor.

A realidade da mulher brasileira mudou muito nas últimas décadas. Engana-se bastante, por exemplo, quem ainda pensa que ela se vê como uma dona de casa, conformada e satisfeita com a sua dependência econômica e submissão ao marido, ou pensa que ela, simplesmente, dedica a sua vida à espera de um príncipe



encantado. Não é assim que as mulheres brasileiras se vêem. Não é assim que as mulheres brasileiras agem.

Engana-se, também, quem pensa somente na mulher como trabalhadora remunerada. Ela já está no mercado de trabalho ou busca entrar nele. Mas a maioria das brasileiras acumula o trabalho fora, remunerado, ao trabalho doméstico, não pago.

Um estudo da Fundação Perseu Abramo, que é uma fundação do Partido dos Trabalhadores, revela que os homens são, em sua grande maioria, os provedores do sustento familiar, mas revela também que as mulheres já contribuem para esse sustento de forma significativa com 45%. Em relação à execução ou à chefia das tarefas domésticas, 97% das mulheres fazem isso praticamente sozinhas, enquanto os homens as auxiliam de forma ainda muito pouco expressiva.

Para se ter uma idéia, nas unidades familiares, em que os casais coabitam, somente 2% dos homens são os principais responsáveis pelo trabalho doméstico. E apenas 18% colaboram com as suas companheiras. Esse é um dos retratos da desigualdade e da divisão sexual do trabalho no Brasil.

O estudo indica, também, o que deseja a grande maioria das mulheres brasileiras, em ordem de preferência: a igualdade de direitos, o combate à violência, maior liberdade, menos machismo e mais reconhecimento por parte dos homens.

Não há dúvida de que essas respostas constituem uma pauta muito específica de preocupações, que a visão masculina, hegemônica na sociedade, normalmente tem dificuldade de enxergar.

O nosso governo vai enfrentar para valer essa situação. A primeira medida foi a de dar *status* de ministério à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. São elas que devem ser as protagonistas desse novo momento político do nosso país.

Nossa ação concreta vai combater as discriminações contra as mulheres, no mundo do trabalho, na cidade e no campo. Vai buscar a superação das dificuldades e obstáculos sociais que pesam sobre as mulheres chefes de família. Vai dar



prioridade às mulheres pobres incluídas no programa Fome Zero.

Aí, uma descoberta importante, não do nosso Governo, mas, já há alguns anos, vários governos municipais e estaduais têm detectado que toda e qualquer ajuda dada diretamente para a mulher tem um cuidado muito mais responsável do que o homem. Vejam o caso daquele senhor que perdeu os seis filhos naquela grande enchente de Belo Horizonte, que morava num barraco, em cima do morro, que caiu. Ele tinha ganho uma casa da prefeitura. Ele vendeu a casa e foi morar na favela outra vez. Eu duvido de que uma mulher venderia a sua casa por conta de alguns centavos, porque não tem nada mais sagrado para uma dona de casa, não tem nada mais sagrado para uma mulher do que um ninho, onde ela vai cuidar dos seus filhos.

A ação do Governo vai enfrentar também a discriminação contra as mulheres negras. A ação do Governo vai também romper o silêncio que cerca as condições de vida das mulheres indígenas. Vai combater a violência contra as mulheres, em especial, a exploração e a violência sexual contra meninas e adolescente do nosso país.

Minha história pessoal é muito marcada pela presença das mulheres. A minha mãe, uma guerreira que, sozinha, deu proteção e amparo aos filhos ameaçados pela seca, pela fome e pelas doenças que tantos nordestinos e nordestinas conhecem. A minha mulher Marisa, com a sua dignidade pessoal, sua solidariedade e seu engajamento cívico, sempre discreto, mas efetivo. As minhas companheiras do sindicato, dos movimentos sociais, militantes políticas tantas que perderam a vida na busca da democracia em nosso país. As mulheres de hoje, lutadoras pela saúde, pela escola, pelo pão, pela terra, pelo trabalho e pela dignidade. E todas as mulheres, com a sua sensibilidade, força interior e espírito aberto, que promovem as maiores mudanças em nossas vidas. Enfim, as companheiras do dia-a-dia.

Elas estão do nosso lado, dando exemplos e ganhando os homens para uma causa que é de toda a Humanidade. Todas buscando plena autonomia, respeito, dignidade, lazer e o fim de qualquer opressão de gênero, apontando não somente



para uma sociedade em que as mulheres possam viver melhor, mas para um Brasil melhor para homens e mulheres.

A libertação das mulheres, além de libertar as mulheres, certamente libertará os homens.

Muito obrigado.

/mcpro/lrj